Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Informações gerais

A Technos S.A. (a "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia detinha participação direta de 99,6% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA") e de 100% no capital da SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda. ("SCS"), subsidiárias integrais e consolidadas nessas informações contábeis (conjuntamente "Grupo").

Em 24 de julho de 2012 a SCS e a TASA firmaram contrato definitivo de compra e venda da totalidade das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda.

Adicionalmente, o Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Allora, Mormaii, Timex, Fossil, Michael Kors, Empório Armani, Armani Exchange, Marc Jacobs, Adidas, Diesel e DKNY.

Em 28 de junho de 2011 a CVM deferiu o pedido de registro de Companhia Aberta, categoria "A", sob o código 2251-9, com início de negociação de suas ações na BM&FBOVESPA em 1º de julho de 2011. As ações são negociadas sob o código "TECN3".

Em 22 de março de 2013 a controlada TASA adquiriu 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Em 31 de maio de 2013 a TASA incorporou a Dumont, sendo os elementos patrimoniais avaliados com base em balanço patrimonial levantado em 30 de abril de 2013 (Nota 25).

A emissão dessas informações contábeis da Technos S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2015.

#### Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo (Nota 4.3).

(a)

**(b)** 

(c)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

# Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

### Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

#### Alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

- (i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- (ii) Alteração ao CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração" esclarece que as que substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de hedge. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de hedge e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Alteração ao CPC 39/IAS 32 "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.
- (iv) ICPC 19/IFRIC 21 "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.
- (v) OCPC 07 "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.
- (vi) OCPC 08 "Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica", trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando do aditamento dos contratos de concessão e permissão, por representar um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte Poder Concedente.
- (vii) Revisão CPC 07 "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 10 de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

#### 2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### Controladas

(a)

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### Perda de controle em controladas

(c)

2.3

(a)

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

#### Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho serem elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo, a Technos S.A. possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas dos produtos, marcas e outras divisões do Grupo, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

#### Conversão de moeda estrangeira

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

#### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como "Receita ou despesa financeira". Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante e apresentadas como caixa e equivalente de caixa na Demonstração dos fluxos de caixa.

#### Ativos financeiros

### 2.6.1 Classificação

2.5

2.6

(a)

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### 2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

(a)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 4 Impairment de ativos financeiros

#### Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício social do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante de perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Em caso de evidência objetiva de impairment, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida no resultado, a perda por impairment é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por impairment reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e reconhece os derivativos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

#### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos Ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo., as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas da provisão para *impairment*. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 10).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados (Nota 2.6.4(a)). A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado, considerando o histórico de recebimento do Grupo. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. O Grupo reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa SELIC vigente.

#### **Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende componentes, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# Ativos intangíveis

#### (a) Ágio

(b)

(c)

2.11

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

#### Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar" (Nota 2.13). As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada entre 1 e 5 anos. Para as marcas de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment* (Nota 14).

#### Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente que varia de 1 a 5 anos.

#### (d) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de 1 a 5 anos.

#### Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações próprias	25
Benfeitorias em imóveis de terceiro	3 a 5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 15).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

O Grupo revisa as taxas de vida útil das principais classes de ativos anualmente.

#### Redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na TASA, que concentra as operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### 2.13 Fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.12

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que o Grupo detenha direito incondicional de liquidar o passivo, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cívil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos de obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

# Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

#### (a) Corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da

transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### Benefícios a empregados

#### Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

#### Plano de opção de compra de ações - stock options

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquirido. O valor total da despesa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido ("vesting period"); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

#### Outros benefícios

**(c)** 

2.18

2.19

(a)

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxilio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

#### Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

#### Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, representando no mínimo 99% da receita total, no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### Venda de produtos

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.8).

#### Vendas de serviços

**(b)** 

**(c)** 

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

#### Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### 2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### Incentivos fiscais

#### Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na demonstração do resultado como dedução de vendas é contabilizada pelo valor líquido de 45%, portanto, a receita líquida considera tal benefício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes" Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 "Contratos de Construção", IAS 18 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

# Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis do Grupo

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### (a) Perda (impairment) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 14).

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda e alocou tal ágio a uma única unidade geradora de caixa (UGC). Em 2014 e 2013, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. O resultado indica valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

#### Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 17.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da

**(b)** 

(c)

(d)

**(e)** 

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

#### Provisão de impairment de estoques

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 11.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

# Provisão de *impairment* de contas a receber de clientes

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber de clientes não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de *impairment*.

#### Valor justos dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 4.3).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Gestão de risco financeiro

#### Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

#### Risco de mercado

#### Risco cambial

(a)

(i)

(ii)

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data de liquidação. As importações são integralmente liquidadas num período máximo de 45 dias entre a data de embarque e a data de liquidação do contrato de câmbio.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*.

#### Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os ativos do Grupo que estão sujeitos a taxas de juros fixas são representados pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos, mensurados a valor justo por meio do resultado, e as aplicações financeiras que são remuneradas com taxas variáveis de juros com base na variação da taxa de certificado de depósito interbancário.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo, vinculados às taxas variáveis de juros, especificamente à taxa média diária dos depósitos interbancários (DI). A política do Grupo tem sido em manter os empréstimos em taxas variáveis de juros. Durante 2014 e 2013 os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais.

A administração do Grupo considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

### (b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber (Nota 6).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Risco de liquidez

(c)

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

		Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014 Empréstimos e financiamentos Licenciamento a pagar Fornecedores e outras obrigações	60.939 244 24.217	44.444 320 214	66.238	
Em 31 de dezembro de 2013 Empréstimos e financiamentos Licenciamento a pagar Fornecedores e outras obrigações	102.518 406 20.725	61.431 560 2.132	130.711	

O Grupo possui ainda linha de crédito aprovada com instituição financeira de primeira linha no valor total de R\$ 40.000, restando saldo de R\$ 27.763 a ser utilizado.

Os passivos em empréstimos contraídos estão discriminados na Nota 16.

### 4.2 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social.

4.3

(a)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014 a dívida líquida do Grupo monta R\$ 139.025 e corresponde a 30,1% do patrimônio líquido (em 2013, R\$ 193.450, equivalendo a 43,7% do patrimônio líquido).

O endividamento tem como origem relevante a captação de recursos aplicada na aquisição da Dumont (Nota 25).

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

### Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

#### Instrumentos financeiros - Nível 2

Os instrumentos financeiros derivativos são integralmente classificados no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo líquido de instrumentos financeiros derivativos está reconhecido no ativo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. A análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM está apresentada na Nota 9.

4.4

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Compensação de instrumentos financeiros

	os ado no nial
<b>31 de dezembro de 2014</b> Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)  1.673 (24) 1.649	
<u>1.673</u> <u>(24)</u> <u>1.649</u>	
31 de dezembro de 2013 Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9) 651 (237) 414	
<u>651</u> <u>(237)</u> <u>414</u>	

#### Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos mensurados a valor justo	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2014			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários		25.520	25.520
Contas a receber de clientes		229.992	229.992
Caixa e equivalentes de caixa		32.596	32.596
Instrumentos financeiros derivativos	1.649		1.649
Depósitos judiciais		1.990	1.990
	1.649	290.098	291.747

Consolidado

Consolidado

	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2014		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	171.621	171.621
Valor a pagar por aquisição de participação societária	25.522	25.522
Licenciamentos a pagar	564	564
Obrigações legais	24.431	24.431
	222.138	222.138

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado	
	Ativos mensurados a valor justo	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2013 Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários		25.574	25.574
Contas a receber de clientes		232.036	232.036
Caixa e equivalentes de caixa		46.343	46.343
Instrumentos financeiros derivativos	414		414
Depósitos judiciais		2.116	2.116
	414	306.069	306.483
			Consolidado
		Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2013		muneen os	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		239.793	239.793
Valor a pagar por aquisição de participação societá	ria	24.954	24.954
Licenciamentos a pagar		966	966
Fornecedores e outras obrigações, excluindo Obrigações legais		22.857	22.857
		288.570	288.570

Os empréstimos demonstrados em 31 de dezembro de 2014 correspondem a captação de recursos através de debêntures emitidas em 07 de maio de 2013, no montante de R\$ 201,2 milhões, à taxa de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (DI), acrescido da taxa de 1,55% ao ano, e através de financiamento de importações e capital de giro (Nota 16).

#### Controladora

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

#### Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31 de dezembr o de 2014	dezembro
Contrapartes sem classificação externa de crédito Clientes nacionais Clientes regionais e locais (Magazines) Outros	194.057 34.895 1.040	192.845 36.501 2.690
Total de contas a receber de clientes	229.992	232.036
Conta corrente e depósitos bancários e títulos e valores mobiliários (*) AAA AA+	58.052	71.844 73
	58.052	71.917

- (\*) Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda. O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9).
- Clientes nacionais clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.
- Clientes regionais e locais clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
- Outros clientes "*giftline*" e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último período.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa Depósitos bancários de curto prazo Certificados de depósito bancário ("CDBs")	126	61	53 13.413 19.130	73 11.657 34.613
	126	61	32.596	46.343

Os saldos mantidos em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), são remunerados em média a 100% do Cerificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantidos em instituições de primeira linha e não possuem restrições de resgates.

#### Títulos e valores mobiliários

O Grupo mantém os títulos e valores mobiliários concentrados em operações compromissadas e CDB, remunerados em média a 100% do CDI, mantidos em instituições de primeira linha, conforme composição abaixo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Operações compromissadas (*) CDBs - Fianças bancárias (**)	25.520	24.954 620	
	25.520	25.574	

<sup>(\*)</sup> As operações compromissadas estão vinculadas à conta escrow em garantia ao pagamento de contas a pagar em aquisição societária (Nota 25) e estão classificadas como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante.

#### Instrumentos financeiros derivativos

#### Mercado futuro de dólar (forward) e SWAP cambial CDI X USD

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$ /US\$ utilizada para liquidação de suas importações, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e SWAP cambial CDI X USD BRL.

(a)

<sup>(\*\*)</sup> Parcela dos títulos e valores mobiliários encontra-se vinculada a cartas de fianças bancárias e garantias de operações e estão classificadas como empréstimos e recebíveis no ativo não circulante.

**(b)** 

10

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado na rubrica de "Receitas e despesas financeiras".

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do montante contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes e cobertura de 100% dos financiamentos de importações- FINIMP de compras já nacionalizadas com vencimento futuro de 180 dias (Nota 16). Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros ou a liquidação das operações de FINIMP.

Os valores de referência (notional) dos contratos de mercado futuro de dólar em aberto em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 46.790, equivalentes a US\$ 17.639 (Em 31 de dezembro de 2013, R\$ 39.371, equivalente a US\$ 16.220). O risco provável para fins de análise de sensibilidade tem como referência a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2014.

#### Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

			31 de dezembro de 2014			
						Cenário
	Ativo	Nocional	Risco	Provável	25%	50%
Derivativo cambial	1.649	45.484	Desvalorização do US\$	1.306	(11.698)	(23.395)
				31 de dezem	bro de 2013	
						Cenário
	Ativo	Nocional	Risco	Provável	25%	50%
Derivativo cambial	414	39.371	Desvalorização do US\$	1.375	8.974	14.040

No cenário provável é considerada a taxa de fechamento de câmbio do último dia do mês de encerramento do exercício.

Os derivativos estão registrados na linha de outros ativos no balanço patrimonial.

#### Contas a receber de clientes

		Consolidado
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes Ajuste a valor presente Menos	246.212 (5.725)	<u>253.986</u> (4.646)
Provisão para perda de contas a receber de clientes	(10.495)	(17.304)
Contas a receber de clientes, líquidas	229.992	232.036

O saldo líquido das contas a receber aproxima-se do valor justo e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa SELIC como taxa de desconto média de 11,43% (2013 - 8,95%), diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes (impairment). A redução da provisão para perda decorre de baixa de provisões constituídas.

Em 31 de dezembro de 2014, no consolidado, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 10.247 (31 de dezembro de 2013) 23 de 46

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- R\$ 14.813) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Até 3 meses De 3 à 6 meses	<u>5.827</u> <u>4.420</u>	11.526 3.287	
	10.247	14.813	

Em 31 de dezembro de 2014 no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$ 10.495 (em 31 de dezembro de 2013: R\$ 17.304) foram classificadas como não recuperáveis (*impaired*) e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a lojistas especializados, e são pulverizados. Os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma medidas, que incluem cobranças administrativas visando a recuperação desses créditos. Segundo avaliação da administração, uma parcela desse contas a receber deve ser recuperada. O total das contas a receber *impaired* está vencido há mais de 180 dias.

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Saldo inicial Provisão para perda de contas a receber Reversão ou baixa de provisão para perda Provisão para perda decorrente de combinação de negócios	17.304 12.711 (19.520)	13.324 7.031 (4.511) 1.460	
Saldo contábil	10.495	17.304	

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia registrou baixa de provisão, basicamente decorrente de baixa definitiva de provisões constituídas, de R\$ 7.092. Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a companhia efetuou a reversão de R\$ 12.428, referente à renegociação ou recebimento de itens em atraso.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das de contas a receber. O Grupo não mantém nenhum título como garantia. Não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, o Grupo sofreria um prejuízo adicional de R\$ 10.247 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ( 2013 - R\$ 14.813 ).

As contas a receber de clientes são integralmente mantidas em Reais.

#### Estoques

11

onso	lidad	lo
	onsol	lonsolidad

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Produtos acabados Produtos em processo Componentes Importações em andamento Adiantamentos a fornecedores	94.657 4.410 69.660 31 1.819	121.440 2.808 69.818 101 2.916
Provisão para perda de estoque	(36.945) 133.632	(34.308) 162.775

O Grupo tem investido em melhorar sua política de gestão de estoque. A redução do saldo de estoque demonstrada em dezembro de 2014 retrata o resultado do planejamento e estabelecimento de cobertura próxima do nível de demanda esperada.

É importante ressaltar que os adiantamentos a fornecedores correspondem aos pagamentos efetuados dentro da política da Companhia de liberar o recurso somente mediante o embarque da carga.

A política do Grupo para perda com estoques, considera perdas estimadas com obsolescência, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

As movimentações na provisão para valor de realização de estoques do Grupo são as seguintes:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Saldo inicial Provisão (reversão) para perda em estoques Provisão para perda em estoque decorrente de	34.308 2.637	12.625 (920)	
participação societária adquirida (Nota 24.1)		22.603	
Saldo contábil	36.945	34.308	

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

#### Impostos a recuperar

O valor de impostos a recuperar corresponde aos impostos a seguir demonstrados:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
ICMS e IPI a recuperar	5.182	5.847	

12

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INSS a recuperar IR e CSL a recuperar Pis e Cofins a recuperar Outros impostos a recuperar	2.525 6.762 6.678 1.031	2 5.166 6.923	
	22.178	17.938	

#### **Investimentos**

13

(a)

### Investimentos em subsidiárias (Controladora)

				31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013		
Em 1º de	janeiro			354.905	325.085		
	ação nos lucro			49.027	31.972		
			patrimônio de subsidiária		139		
			le subsidiárias	(26.912)	(8.524)		
Opções	de ações - Sto	ck Options		3.828	6.233		
				380.848	354.905		
				Percentual de no capital soc			
Nome				31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013		
TASA	(Direta)	Brasil	Fabricação de relógios	99,6	99,6		
TASS	(Indireta)	Suíça	Escritório de representação	100,0	100,0		
SCS	(Direta)	Brasil	Comércio varejista	100,0	100,0		
TOUCH	(Indireta)	Brasil	Comércio varejista	100,0	100,0		

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas e indiretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

	Ativo	Passivo	Patrimônio <u>líquido</u>	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2014					
TASA	657.774	284.921	373.853	412.091	55.537
TASS	6	21	(15)		
SCS	38.658	24.423	14.235	5.253	(6.063)
TOUCH	246	226	20		
Em 31 de dezembro de 2013					
TASA	689.383	348.835	340.548	411.493	44.759
TASS	4	13	(9)		
SCS	38.753	18.456	20.297	5.482	(10.533)
TOUCH	246	226	20		

A conciliação entre o investimento em subsidiárias e o patrimônio líquido e o lucro líquido das subsidiárias é demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Patrimônio líquido das subsidiárias	387.093	360.856
Menos Lucro não realizado em estoque em operações entre subsidiárias Participação de não controladores, incluindo valor justo atribuído	(2.528)	(2.352)
em combinação de negócios	(3.712)	(3.588)
Patrimônio líquido de subsidiárias controladas indiretamente	<u>(5)</u>	(11)
Patrimônio líquido ajustado das subsidiárias	380.848	<u>354.905</u>
Lucro líquido das subsidiárias Menos	49.475	34.226
Lucro não realizado em operações entre as subsidiárias Participação de não controladores	(141) (307)	(1.881) (373)
Lucro líquido ajustado das subsidiárias	49.027	31.972

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Intangível

14

		Consolidado			
	Ágio	Software	Marcas e licenciamentos	Relações contratuais com clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Aquisições Aquisições decorrentes de	144.002	1.654 1.335	7.868 1.454	554	154.078 2.789
combinação de negócios (Nota 25) Reversão de ágio Reversão de ágio por indenização	81.904 (2.552) (846)	1.371	16.018	16.817	116.110 (2.552) (846)
Amortização		(686)	(745)	(1.868)	(3.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	222.508	3.674	24.595	15.503	266.280
Em 31 de dezembro de 2013 Custo Amortização acumulada	222.508	7.160 (3.486)	30.403 (5.808)	17.371 (1.868)	277.442 (11.162)
Saldo contábil líquido	222.508	3.674	24.595	15.503	266.280
Saldo em 31 de dezembro de 2013 Aquisições Reversão de ágio Baixa – Custo	222.508 (1.969)	3.674 1.287	24.595 838 (2.879)	15.503	266.280 2.125 (1.969) (2.879)
Baixa - Amortização Amortização		(1.218)	2.638 (372)	(3.603)	2.638 (5.193)
	220.539	3.743	24.820	11.900	261.002
Em 31 de dezembro de 2014 Custo Amortização acumulada	220.539	8.447 (4.704)	28.362 (3.542)	17.371 (5.471)	274.719 (13.717)
Saldo contábil líquido	220.539	3.743	24.820	11.900	261.002

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 94 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 68) referente à despesa de amortização foi imputado ao custo de produção, R\$ 800 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 851) em "Despesas com vendas" e R\$ 4.299 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 2.380) em "Despesas administrativas".

As aquisições decorrentes de combinação de negócios, em 2013, registram movimentações nas rubricas: software - custo R\$ 2.065 e amortização acumulada R\$ 694, e em marcas e licenciamentos - custo R\$ 2.972 e depreciação acumulada R\$ 2.972.

Aos ativos intangíveis de software, marcas e licenciamento e relações contratuais com clientes, exceto os ativos de vida útil indefinida, aplica-se a taxa de amortização anual calculada linearmente entre 20% a 100% ao ano.

No exercício de 2014 a Technos obteve o direito da utilização da marca Euro e Allora por definitivo, decorrente a esta negociação houve baixa de intangível de R\$ 2.879 referente à licença anterior e adição de R\$ 838 referente à nova licença com vida útil indefinida, vide nota 26.1 (ii).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Ágio

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas: T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

As indenizações recebidas relacionadas com a combinação de negócios acima descrita, foram registradas diretamente como redutoras do saldo de ágio, em função da transação original ter ocorrido anteriormente à adoção das práticas contábeis estabelecidas por IFRS/CPC. O Grupo utilizou a isenção disponível para combinação de negócios na data de transição (1º. de janeiro de 2009).

O ágio registrado no exercício de 2013 é oriundo da aquisição da Dumont e está demonstrado na nota de combinação de negócios (Nota 25).

#### Marcas

(a)

No grupo de marcas e licenças estão registrados os custos de aquisição da marca Technos. A aquisição da marca nacional ocorreu em junho de 1994 e da marca internacional em março de 2001. Ambas estão contabilizadas ao custo de R\$ 2.140 e R\$ 2.142, respectivamente.

O Grupo atribuiu vida útil indefinida à marca Technos. Os elementos considerados na avaliação da administração compreenderam: (i) o histórico de sucesso de longo prazo da marca iniciada há mais de cem anos na Suíça; (ii) o nível dos gastos de manutenção requeridos para obter os benefícios econômicos futuros; (iii) inexistência de prazo legal para a sua utilização, capacidade e a intenção do Grupo em manter o ativo; e (iv) ausência de fatores ligados à obsolescência técnica, tecnológica ou comercial, entre outros.

# (b) Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### Ágio

Para fins de testes de *impairment*, o ágio da SD Participações foi integralmente alocado ao investimento na TASA.

Os testes para fins de impairment são realizados ao fim de cada exercício social. Em 2014, o Grupo utilizou para cálculo do

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda.

A administração concluiu que o saldo do ágio é recuperável e por isso não registrou qualquer perda de *impairment* de ágio.

#### Marcas

Para a determinação do valor recuperável da Marca Technos, a avaliação foi efetuada com base na projeção dos fluxos de caixa esperados dos negócios envolvendo produtos dessa marca em 31 de dezembro de 2014. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas ao volume de vendas, rentabilidade, taxas de desconto, entre outras. A administração concluiu que se utilizasse somente um ano no cálculo do fluxo de caixa, o resultado (valor recuperável) seria superior ao valor contábil registrado.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Imobilizado

15

	Terrenos	Edificações		<b>Equipamentos</b>	Veículos	Valor justo imóveis Dumont	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Aquisições Aquisição decorrentes de combinação de negócios (Nota 25) Alienações - custo Alienações - depreciação Depreciação	106	2.234 1.515 5.008 33 155 (419)	8.998 2.713 27 (331) (2.786)		4.036 4.047 53 (1.056) 223 (568)	1.833	11.643 2.077 487 (261) 14 (1.764)	31.741 11.345 7.950 (1.650) 413 (6.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	137	8.526	8.621	5.442	6.735	1.833	12.196	43.490
Em 31 de dezembro de 2013 Custo Depreciação acumulada	137	17.430 (8.904)	14.526 (5.905)	(10.972)	(884)		(6.866)	77.021 (33.531)
Saldo contábil, líquido	137	8.526	8.621	5.442	6.735	1.833	12.196	43.490
Saldo em 31 de dezembro de 2013 Aquisições Impairment Transferência para Bens destinados à venda - Custo Transferência para Bens destinados à venda - Depreciação Alienções - custo Alienções - depreciação Depreciação	137	8.526 308 (30) (5.123) 2.047 (557) 217 (292)	8.621 955 (155)	476	2.341 (30) (2.836)	(1.833)	1.368 (452)	43.490 5.448 (1.088) (7.062) 2.047 (3.494) 941 (6.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31	5.096	6.309	4.712				33.363
Em 31 de dezembro de 2014 Custo Depreciação acumulada	31	12.028 (6.932)	15.326 (9.017)		7.094 (960)		19.896 (8.815)	70.825 (37.462)
Saldo contábil, líquido	31	5.096	6.309	4.712	6.134	0	11.081	33.363

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 1.968 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 1.795) referente à despesa de depreciação foi imputado ao custo de produção, R\$ 3.062 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 2.815) em "Despesas com vendas" e R\$ 1.889 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 1.699) em "Despesas administrativas".

As aquisições decorrentes de combinação de negócios, em 2013, registram movimentações nas rubricas: edificações - custo R\$ 7.007 e depreciação acumulada R\$ 1.999, em benfeitorias em imóveis de terceiros - custo R\$ 1.348 e depreciação acumulada R\$ 1.321, em equipamentos e instalações - custo R\$ 6.581 e depreciação acumulada R\$ 6.145, em veículos - custo R\$ 84 e depreciação acumulada R\$ 31 e em móveis e utensílios - custo R\$ 2.732 e depreciação acumulada R\$ 2.245.

16

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### **Empréstimos e financiamentos**

•	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Circulante		0.6	
Empréstimo bancário	320	1.876	
Finimp	12.237	33.984	
Debêntures	48.382	48.805	
	60.939	84.665	
Não circulante			
Debêntures	110.682	155.128	
	110.682	155.128	
Total dos empréstimos	171.621	239.793	

O empréstimo bancário corresponde a capital de giro em conta garantida, remunerado com base na taxa de CDI acrescida de 1,65% ao ano.

Finimp corresponde a financiamento de importação de matéria-prima, com vencimento máximo de 360 dias a partir de sua contratação, remunerado com base na taxa libor USD de 12 meses acrescida de juros médio de 1,60% ao ano.

Captação de recursos através de emissão em 07 de maio de 2013 de 200 debêntures não conversíveis, sem cláusula de garantia, remuneradas à taxa de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (DI), acrescido da taxa de 1,55% ao ano.

O valor nominal total das debêntures será amortizado em nove parcelas semestrais, vencendo a primeira parcela em 10 de abril de 2014, sendo facultado o resgate antecipado. O valor dos juros sobre o principal ainda não liquidado será pago semestralmente, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 10 de outubro de 2013. O Agente Fiduciário deverá declarar as debêntures vencidas antecipadamente na ocorrência de eventos previstos em lei e de inadimplemento previstos no instrumento de emissão.

O vencimento dos empréstimos do Grupo, em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

	Consolidado
	2014
Vencimento em 2015	60.939
Vencimento em 2016	44.444
Vencimento em 2017	44.444
Vencimento em 2018	21.794
	171.621

17

(a)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Provisão para contingências

Na data das informações contábeis, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	<u>Tributárias</u>	Trabalhistas e previdenciárias	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2012	10.322	186		10.508
Provisão no exercício Reversão de provisão Provisão decorrente de combinação	2.007 (875)	1.473	740 (931)	4.220 (1.806)
de negócios (Nota 25	8.267	5.132	1.393	14.792
Em 31 de dezembro de 2013	19.721	6.791	1.202	27.714
Em 31 de dezembro de 2013 Provisão no exercício Reversão de provisão	19.721 2.920 (956)	6.791 206 (1.099)	1.202 209 (277)	27.714 3.335 (2.332)
Em 31 de dezembro de 2014	21.685	5.898	1.134	28.717

### Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

#### **Tributárias**

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 à 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

#### Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de colaboradores vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Tributário Trabalhista Cível	31.423 749 1.069	28.197 556 61 <u>5</u>	
	30.834	29.368	

#### Depósitos judiciais

(c)

18

(a)

O saldo de depósitos judiciais refere-se, principalmente a questionamento de contribuições previdenciárias devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"). O Grupo foi autuado pela fiscalização do INSS. Para recorrer dessa autuação na esfera administrativa, o Grupo teve de depositar 30% e na esfera judicial depositou o saldo de 70% do valor da causa.

O Grupo já obteve decisão favorável em 1ª instância, entretanto o INSS recorreu e o desfecho desse processo encontra-se indefinido. O processo transitou em julgado em 2014 com sentença favorável ao Grupo, restando pendente o depósito judicial a ser levantado.

# Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

# Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 6,25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, considerando o benefício fiscal do lucro da exploração.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Ativo de imposto diferido	(7.443)	(6.664)	
Passivo de imposto diferido	52.326	49.640	
Passivo de imposto diferido (líquido)	44.883	42.976	

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados até 2015. Os impostos diferidos passivos referem-se, basicamente, a diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Saldo inicial Despesa da demonstração do resultado Valor decorrente de combinação de negócios (Nota 25)	42.976 1.907	41.546 4.178 (2.748)	
Saldo contábil	44.883	42.976	

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Passivo diferido

(i)

(ii)

	Consolidado		
Passivo de imposto diferido	Benefício fiscal de Incorporação	Outros	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2013 Debitado à demonstração do resultado	44.512 3.709	79 1.340	44.591 5.049
Em 31 de dezembro de 2013	48.221	1.419	49.640
Em 1º de janeiro de 2014 Debitado à demonstração do resultado	48.221	1.419 2.686	49.640 2.686
Em 31 de dezembro de 2014	48.221	4.105	52.326

#### Ativo diferido

	Consolidado		
Ativo de imposto diferido	Provisão baixa estoque obsoleto	Outros	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2013 Creditado à demonstração do resultado Valor decorrente de combinação de negócios	1.774 594	1.271 277	3.045 871
(Nota 25)	2.034	714	2.748
Em 31 de dezembro de 2013	4.402	2.262	6.664
Em 1º de janeiro de 2014 Creditado à demonstração do resultado	4.402 396	2.262 <u>3</u> 83	6.664 779
Em 31 de dezembro de 2014	4.798	2.645	7·443

**(b)** 

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2014	2013
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	<u>7.146</u>	7.244
Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias	1.907	5.564 (1.386)
Total do imposto diferido	1.907	4.178
Despesa do imposto de renda	9.053	11.422

O imposto sobre o lucro do Grupo antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.281	42.944
Alíquota nominal dos tributos - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva Incentivo fiscal imposto de renda Realização de provisões não dedutíveis em períodos anteriores Despesas indedutíveis	(18.796) 4.477 5.074 (2.710)	(14.601) 8.452 17.020 (14.289)
Realização de ativo fiscal diferido (*) Outros	2.902	(3.709) (4.295)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(9.053)	(11.422)
Correntes Diferidos	(7.146) (1.907)	(7.244) (4.178)
	(9.053)	(11.422)
Alíquota efetiva corrente - %	12,9%	16,9%
Alíquota efetiva diferida - %	3,4%	9,7%

<sup>(\*)</sup> Refere-se à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

A redução da alíquota efetiva diferida decorre basicamente da extinção em abril de 2013 do período de compensação do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

#### Capital social e reservas

19

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 19.1 Capital subscrito

O capital social é representado por 78.506.215 (em 31 de dezembro de 2013, 77.636.196, integralizadas 77.270.532) ações ordinárias totalmente integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável de 25% do lucro ajustado.

#### Ações em tesouraria

19.2

19.3

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de agosto de 2014, aprovou o programa de recompra de ações de emissão da Companhia no total de 6.560.049 ações ordinárias, correspondendo a 10% do total de 65.600.494 do total de ações ordinárias em circulação. As operações de recompra estão sendo realizadas a valor de mercado no pregão da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 10.769 registrado em ações em tesouraria corresponde a compra de 1.131.800 ações ao preço médio unitário de R\$ 9,51.

### Reserva legal e dividendo adicional proposto

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de dividendo adicional proposto refere-se aos dividendos propostos a serem deliberados na Assembleia Geral em observância a Lei das Sociedades por Ações.

#### (a) Dividendos

Anteriormente, os dividendos propostos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorre no exercício seguinte. Atualmente, os dividendos acima do mínimo obrigatório são somente reconhecidos quando aprovados pelos acionistas.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício Constituição da reserva legal Incentivo fiscal (Nota 18(b))	45.921 (2.296) (4.452)	31.149 (1.557) (8.239)
Base de cálculo dos dividendos Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	39·173 9·793	21.353 5.338
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	9.793	5.338
Dividendos (pagos) ou a pagar no final do exercício Percentual de dividendos do exercício sobre o lucro	(16.000)	5.338
líquido do exercício - %	40%	17,14%

Conforme previsto no estatuto social a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou extraordinários em qualquer época e deliberar dividendos intermediários, sem restrição ao mínimo obrigatório do exercício social.

(i) O de JCP líquido e pago no exercício corresponde a R\$ 14.499.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Lucro por ação

#### Básico

(i)

O lucro básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade Quantidade média ponderada de ações ordinárias	45.921	31.149
emitidas (milhares)	77.927	<u>77.474</u>
Lucro básico por ação em R\$	0,5893	0,4021

#### (ii) Diluído

19.5

O lucro líquido diluído por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

	2014	2013
Lucro Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	45.921	31.149
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) Ajustes de: Opções de compra de ações (milhares)	77.927 1.032	77.474 3.050
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	<u>78.959</u>	80.524
Lucro diluído por ação em R\$	0,5816	0,3868

#### 19.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações adquiriu 10,04% de capital total e votante na controlada TASA, anteriormente detida por participação não controladora. A transação gerou efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial". Este montante não foi utilizado para reduzir a base de cálculo dos dividendos incluído na determinação dos dividendos distribuíveis.

# Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido 39 de 46

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

#### Plano de opção de compra de ações - "stock options"

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA, controlada direta da Companhia, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a TASA passou a reconhecer o resultado de compensação (valor líquido de perdas estimadas) da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na TASA e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas. As opções tem um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 3% a 7%.

As opções de compra de ações em aberto em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício estimados:

Data de vencimento	Preço de exercício por ação - reais	Opções - Milhares 2013	Opções - milhares 2014
2014	12,75	963	
2015	12,14	783	355
2016	18,82	413	254
2017	18,82	413	125
2018	21,97	188	298
2019	21,97	188	
2020	21,97	188	
		3.136	1.032

O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2009, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$ 54 no total, equivalente a R\$ 0,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2009 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 1,00 na data da concessão, sendo transformado em R\$ 2,00 após agrupamento em 2011, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 6,15%, rendimento

anual de dividendo esperado de R\$ 0,45 por ação, uma vida esperada da opção correspondente a cinco anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,25%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão. Não foram concedidas opções em 2010.

Em 2011 foram aprovados os planos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º de opção de compra de 900 mil ações ordinárias da Technos S.A., concedidos a executivos do Grupo. O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2011, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 3.836 no total, equivalente a R\$ 4,26 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2011 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 7,97 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 4,76%, rendimento anual de dividendos esperado 40 de 46

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de R\$ 0,45 por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 4,0 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 11,55%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de janeiro de 2013 foi aprovado o 2º programa de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 600 mil ações ordinárias, concedido a diretores do Grupo. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 5.650 no total, equivalente a R\$ 9,42 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2012 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 24,45 na data da concessão, preço do exercício de R\$ 22,01 por ação corrigido anualmente por IPCA+3%, volatilidade variável por tranche, sendo: tranche 1 - 31,40%, tranche 2 - 33,82%, tranche 3 - 33,97%, tranche 4 - 35,27% e tranche 5 - 42,42%, rendimento anual de dividendos esperado de 2,5% por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 6,7 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 7,25%. A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado para a primeira tranche, e numa média da volatilidade de negociação de um grupo de empresas comparáveis para as outras tranches.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2013 foi aprovado o 3º programa de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 340 mil ações ordinárias, concedido a gerentes e coordenadores do Grupo. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 2.703, no total, equivalente a R\$ 7,95 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2012 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 22,49 na data da concessão, preço do exercício de R\$ 21,89 por ação corrigido anualmente por IPCA + 3%, volatilidade variável por tranche, sendo: tranche 1 - 31,40%, tranche 2 - 33,82%, tranche 3 - 33,97%, tranche 4 - 35,27% e tranche 5 - 42,42%, rendimento anual de dividendos esperado de 1,0% por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 6,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 7,25%. A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado para a primeira tranche, em uma média da volatilidade de negociação de um grupo de empresas comparáveis para as outras tranches.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2014 foi deliberado a criação de dois novos planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, que têm como beneficiários membros da gerência, coordenadores, da diretoria, do conselho de administração, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo Conselho de Administração) da Companhia ("Plano 01/2014" e "Plano 02/2014"). O Plano 01/2014 abrange, no máximo, 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações, correspondentes a 1,53% do capital social da Companhia, e o Plano 02/2014 abrange, no máximo, 800.000 (oitocentas mil) ações, correspondentes a 1,02% do capital social da Companhia. A administração do Plano 01/2014 e do Plano 02/2014 caberá ao Conselho de Administração da Companhia.

#### Receita líquida

(a)

#### Composição da receita

	Consolidado	
	2014	2013
Vendas brutas de produtos e serviços Ajuste a valor presente sobre as vendas Impostos sobre vendas Ajuste a valor presente sobre impostos sobre vendas	501.556 (17.795) (72.963) 2.635	522.864 (14.438) (76.839) 2.109
Receita líquida	413.433	433.696

Em 2014 foi constatada uma pequena retração econômica que refletiu em queda no volume de vendas.

As vendas de serviços historicamente não ultrapassam 0,5% do total das vendas brutas de produtos e serviços.

22

23

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor referente a incentivos fiscais de ICMS reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é R\$ 27.279 (R\$ 31.669 em 2013).

#### Custo e despesa por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Matéria prima, mercadoria e materiais de uso e consumo			(131.235)	(128.119)
Fretes e armazenagens			(14.218)	(16.391)
Gastos com pessoal	(578)	(414)	(107.812)	(124.631)
Serviços prestados por terceiros	(370)	(412)	(42.989)	(51.146)
Impostos e taxas	(19)	(20)	(3.341)	(4.262)
Aluguel de imóveis e equipamentos			(6.482)	(7.700)
Depreciação, amortização e impairment	(3)	(4)	(9.664)	(9.586)
Participação nos lucros				(7.098)
Opções De compra de ações - stock options			(3.830)	(6.233)
Amortização valo justo aquisição Dumont			(5.999)	(6.236)
Outras despesas	(2.264)	(157)	(22.683)	(23.804)
	(3.234)	(1.007)	(348.253)	(385.206)
Classificado como Custo dos produtos vendidos			(183.631)	(182.922)
Despesas de vendas			(118.936)	(132.846)
Despesas administrativas	(1.111)	(1.007)	(33.902)	(40.504)
Outras despesas/receitas operacionais	(2.123)	(1.00/)	(11.784)	(28.934)
r/	<u> </u>	_	<u> </u>	<u> 70 17</u>
	(3.234)	(1.007)	(348.253)	(385.206)

#### Resultado financeiro

	Consolidado	
Despesa financeira	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	(26.459)	(18.721)
Variação cambial	(7.389)	(5.171)
Outras despesas financeiras	(4.772)	(3.735)
Descontos financeiros concedidos	(1.946)	(1.683)
	(40.566)	(29.310)
Receita financeira		0
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários	5.991	3.208
Realização de ajuste a valor presente	14.078	10.649
Juros de mora	3.712	3.765
Ganhos (Perdas) em hedge cambial Variação cambial	1.424	0.005
Outras receitas financeiras	3.915	3.095
Outras receitas infanceiras	1.547	3.047
	30.667	23.764
Resultado financeiro	(9.899)	(5.546)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Transações com partes relacionadas

#### t Consolidado

(a)

**(b)** 

25

# Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados está apresentada a seguir:

	2014	2013
Salários e encargos dos gerentes Remuneração e encargos da diretoria Opções de ações	11.357 4.721 <u>3.83</u> 1	13.082 4.472 8.372
	19.909	25.926

## Operações realizadas entre empresas controladas

Em 2014 a TASA vendeu produtos para a SCS no montante de R\$ 4.570 (em 2013, R\$ 7.046). As vendas são realizadas dentro das práticas comerciais que a TASA aplica aos seus clientes.

#### 24.2 Controladora

Exceto pelo valor de dividendos a receber registrado em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 19.751 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 14.471) da controlada TASA, não existe nenhum outro valor de transações com partes relacionadas.

### Combinação de negócios

#### 25.1 Aquisição Dumont

Em 22 de março de 2013, a Companhia adquiriu de Famag Participações S.A. e Roumanos Youssef Saab (pessoa física), em conjunto, "vendedores", 100% do capital votante (e 95,84% do capital total) da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont" ou "adquirida"), uma empresa que atua na produção e comércio de relógios, com sede no estado do Amazonas, por R\$ 182.107. Como resultado da aquisição, espera-se que a Companhia aumente seu faturamento no mercado nacional de relógios. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

O valor de aquisição foi integralmente pago em caixa para os vendedores, sendo que em 31 de dezembro de 2014 R\$ 25.522 (R\$ 24.954 em 31 de dezembro de 2013) que foram retidos a título de garantia e aplicados em títulos (Nota 8) serão liberados até 2019, e custos de transação de R\$ 1.884 foram reconhecidos como despesa no exercício.

O ágio de R\$ 81.904 que surge da aquisição é atribuível à sinergia a ser obtida com a integração das operações da adquirida às economias de escala esperadas da combinação de suas operações às da Companhia.

A compensação integral do ágio gerado para fins de imposto de renda está condicionado à geração de lucro fiscal. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para os vendedores e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor dos ativos líquidos da adquirida mensurados contabilmente, atribuíveis aos acionistas não controladores da Dumont.

Preço de aquisição (a)	<u>182.107</u>
Acervo líquido	

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa	11.023
Contas a receber	27.573
Estoques (Nota 11)	40.987
Tributos a recuperar	1.294
Outros ativos	3.444
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 18)	2.747
Ativo imobilizado (Nota 15)	7.950
Outros intangíveis (Nota 14)	1.371
Fornecedores	(1.638)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(5.182)
Dividendos a pagar	(2.618)
Provisão para contingências (Nota 17)	(14.791)
Outros passivos	(452)
Participação dos não controladores	(4.340)
Total de ativos líquidos (b)	67.368
Intangíveis adquiridos	
Marcas registradas (Nota 14)	16.018
Relações contratuais com clientes (Nota 14)	16.817
riongood contratant com chemico (rion 14)	10.01/
Total dos intangíveis adquiridos (c)	32.835
Total dos ativos líquidos e intangíveis líquidos adquiridos (d)	100.203
Total dos ativos liquidos e intangiveis liquidos auquilidos (u)	100.203
Ágio (a - d)	81.904

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixa projetados, tanto para avaliação das marcas registradas e carteiras de clientes quanto para o valor econômico da Dumont, foram estimados para os próximos cinco anos. A taxa de desconto nominal (WACC) utilizada foi de 13,2% a.a. e a taxa de perpetuidade utilizada foi de 2,0% a.a.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Companhia pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito a possíveis contingências que venham a ser conhecidas no futuro, no montante de R\$ 25.000. Eventuais pagamentos serão liberados de acordo com a previsão contratual. Não há ativo de indenização reconhecido na data de combinação de negócios uma vez que esses eventuais passivos ainda não são conhecidos.

#### Outras informações

#### Licenças de uso de marca

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Allora, Seiko, Mormaii, Timex, Fossil, Michael Kors, Empório Armani, Armani Exchange, Marc Jacobs, Adidas, Diesel e DKNY..

#### Mormaii

26

26.1

(i)

(ii)

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 15 anos a findar em 31 de agosto de 2026. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, à título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Foi pago valor inicial a título de antecipação de uma parcela dos royalties, registrado como adiantamentos a fornecedores, devendo ser descontado mensalmente do royalty efetivamente apurado à razão de 1/180 meses. Caso o contrato seja extinto antes de seu vencimento o saldo a ser descontado será ressarcido pelo licenciante.

#### Euro e Allora

O Grupo possuia contrato de licença de uso das marcas Euro e Allora, com vigência até 30 de setembro de 2014, renovável por mais 5 anos. Com base nesse contrato, o Grupo ficava obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo é obrigado a pagar remuneração variável a qual é calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes, limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato. Em 16 de abril de 2014 o Grupo adquiriu em definitivo o direito de uso das marcas.

#### (iii) Seiko

O Grupo possui contrato de licença de distribuição exclusiva da marca Seiko em território nacional, com vigência até 31 de março de 2014 (Nota 27). Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida é que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (iv) Timex

O Grupo em 11 de janeiro de 2012 firmou contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX LIMITED N.V., ("Timex"), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios da marca Timex de forma exclusiva em todo o território nacional.

O contrato tem duração até 31 de março de 2015, e não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties. A renovação do acordo por período adicional de três anos é automática e está vinculada ao atingimento de alguns indicadores operacionais.

#### (v) Fossil

26.2

O Grupo em 6 de junho de 2013 anunciou a renovação do contrato de distribuição com o Grupo Fossil, tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização das seguintes marcas de relógio no Brasil: Adidas, Fossil, Diesel, Marc Jacobs, Armani Exchange, DKNY, Empório Armani e Michael Kors. Essa parceria exclusiva entre a Fossil e o Grupo Technos é válida até 31 de dezembro de 2016, sendo renovável automaticamente por período adicional de dois anos de acordo com o atingimento de alguns indicadores operacionais. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties

#### Impactos da medida provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e-traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há impactos materiais na carga fiscal de suas atividades operacionais. Também não foi identificado impactos fiscais sobre os dividendos distribuídos a partir do lucro gerado no exercício social de 2008. A Companhia não distribuiu juros sobre o capital próprio no período alcançado pela MP.

#### **Eventos subsequentes**

Em 16 de janeiro de 2015 a Grupo rescindiu o contrato de distribuição exclusiva da marca Seiko, sem aplicação de multa rescisória às partes. O estoque remanescente será totalmente absorvido pelo novo licenciado da marca no Brasil. A receita da Seiko corresponde aproximadamente a 1,5% do faturamento anual do Grupo.

\* \* \*